

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

29/05/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Integrantes de CPI querem cobrar dívidas da JBS com a Previdência

Integrantes da CPI da Previdência querem que o governo cobre as dívidas da empresa JBS com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e dizem que as investigações não ficarão prejudicadas com a crise do governo Michel Temer.

Segundo informações da Agência Senado, o presidente da CPI da Previdência, senador Paulo Paim (PT-RS), lembrou que a JBS deve R\$ 2 bilhões à Previdência.

"É o segundo maior devedor. Como é que faz isso? Vamos tirar de novo do trabalhador e deixar que a JBS e tantas outras continuem sonogando, assaltando, roubando o dinheiro da população?", indagou o petista.

O senador José Pimentel (PT-CE) também criticou o governo por comprar o apoio dos governos na reforma da Previdência.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 28/05/2017

Devedores da Previdência respondem por quase três vezes o déficit do setor

Os devedores da Previdência Social acumulam uma dívida de R\$ 426,07 bilhões, quase três vezes o atual déficit do setor, que foi cerca de R\$ 149,7 bilhões no ano passado. Na lista, que tem mais de 500 nomes, aparecem empresas públicas, privadas, fundações, governos estaduais e prefeituras que devem ao Regime Geral da Previdência Social. O levantamento foi feito pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, responsável pela cobrança dessas dívidas. De acordo com o coordenador-geral da Dívida Ativa da União, Cristiano Lins de Moraes, algumas dessas dívidas começaram na década de 60. "Tem débitos de devedores de vários tipos, desde um pequeno a um grande devedor, e entre eles há muita variação de capacidade econômica e financeira. Também há algumas situações de fraude, crimes de sonegação e esquemas fraudulentos sofisticados. Às vezes, um devedor que aparenta não ter movimentação financeira esconde uma organização que tem poder econômico por trás dele", afirma o procurador da Fazenda Nacional.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 28/05/2017

Segurado terá que contribuir mais para ter auxílios do INSS

Para aumentar a carência nos auxílios por incapacidade do INSS e convencer os deputados federais, o Governo disse que a despesa com auxílio-doença atingiu R\$ 23,2 bilhões em 2015, quase o dobro do gasto em 2005 (R\$ 12,5 bilhões), e do total de beneficiários, cerca de 530 mil estão recebendo o auxílio há mais de dois anos sem revisão. Com relação à aposentadoria por invalidez, os gastos quase triplicaram na última década, passando de R\$ 15,2 bilhões em 2005 para R\$ 44,5 bilhões em 2015, mas a quantidade de beneficiários subiu 17,4% (de 2,9 milhões para 3,4 milhões). Tudo isso foi analisado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, que aprovou na última quarta-feira, a Medida Provisória 767/17, que aumenta as carências para concessão do auxílio-doença, da aposentadoria por invalidez e do salário-maternidade no caso de o segurado perder essa condição junto ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e retomá-la posteriormente. A matéria será enviada agora ao Senado.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 29/05/2017

Aposentadoria de funcionários públicos é mais protegida contra mudanças

Além de receber aposentadorias maiores e ter normas mais favoráveis, funcionários públicos também têm seus direitos mais protegidos contra mudanças na legislação. A maior parte das regras previdenciárias dos servidores está regulada pela Constituição e, por isso, só podem ser mudada com votos de três quintos dos 513 deputados ou 81 senadores, independentemente de quantos estiverem presentes, em dois turnos em cada uma das Casas.

Já os mais vulneráveis - pobres idosos ou deficientes, que recorrem ao BPC-Loas— podem ter a maioria das condições para acesso ao benefício alterado por lei ordinária, em que se exige apenas maioria simples (50% mais um dos parlamentares presentes no plenário), em apenas uma votação em cada uma das Casas.

"A grande desvantagem de recorrer às leis ordinárias é o risco de fazer uma reforma regressiva, que poupa os maiores benefícios", diz o economista Pedro Nery, consultor do Senado. Servidores que ingressaram até 31/12/2003 têm direito ao salário integral do último cargo ocupado e a reajuste igual ao dos funcionários na ativa garantido pela Constituição.

O resultado é que a aposentadoria média do servidor civil é sete vezes maior que a renda média nacional, segundo o Ministério do Planejamento, enquanto o benefício médio da Previdência é pouco acima da renda, segundo a Previdência.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 29/05/2017

Discussões sobre as reformas estimulam previdência privada

As discussões envolvendo a reforma da Previdência continuam aumentando a procura por planos de aposentadoria complementar, mostram dados da Fecomercio-SP. Em maio, investidores paulistanos aplicaram 8,7% de suas reservas em previdência privada. No mesmo mês de 2016, a fatia era de 7%. Para a Federação, esse deve ser o cenário nos próximos meses.

A entidade vê, porém, volatilidade nas aplicações em previdência privada, "diante das incertezas sobre as novas regras de aposentadoria". Também cresceu a preferência por renda fixa, destino de 23,1% dos recursos dos poupadores paulistanos, contra 19,5% em maio de 2016.

A poupança segue a aplicação favorita, embora a fatia na caderneta tenha caído de 68%, há um ano, para 57,5%. Ações continuam na lanterna; É o destino de só 3,7% dos recursos dos paulistanos. Um ano atrás, esse percentual era de 3,2%.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 29/05/2017

Centrais repudiam atos de vandalismo e violência policial

As centrais sindicais que promoveram a Marcha em Brasília, na última quarta-feira, contra as reformas trabalhista e previdenciária, emitiram nota lamentando e repudiando os atos de vandalismo e a violência policial contra os trabalhadores.

A diretoria da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) diz que atos de vandalismos foram promovidos por grupos alheios á coordenação do evento. O diretor da NCST em Santos, Fábio Pimentel, que participou da Marcha em Brasília, esteve ontem no Diário do Litoral, e disse que a NCST quer identificar quem foram os mascarados infiltrados no movimento e que deram início ao confronto, que logo a seguir envolveu outras pessoas.

"Foi uma verdadeira chuva de bombas de gás e balas de borracha contra as pessoas, incluindo mulheres, crianças e até cadeirantes. Uma violência premeditada e descabida cujo objetivo foi desviar o foco do movimento", diz o sindicalista. A Força Sindical também repudiou os atos de vandalismo e a violência policial, "fatos que atrapalharam as manifestações que ocorriam de forma pacífica", diz a nota.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 27/05/2017